

Ministério de Minas e Energia**Assessoria de Comunicação Social - ASCOM****Sumário**

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: Notas	2
VEÍCULO: Correio Braziliense	2
Título: Exposição ao chumbo reduz o QI	2
VEÍCULO: Valor Econômico	4
Título: ANP divulga as novas áreas para o 3º leilão do pré-sal	4
Título: Petrobras viu incertezas na oferta da Karoon	5
Título: Destaques	7
Título: Ação pede que Tesouro pague indenização de transmissoras	7
Título: Decisão pode destravar negociação entre Eletrobras e Petrobras	9
Título: Schvartsman começa a transição na Vale	10
Título: Braskem e CSN não têm data para divulgar resultados	11
Título: Unica quer taxa de 16% para etanol importado	13

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Aline Bronzati, Cynthia Decloedt E Fernanda Guimarães****Título: Notas**

Light contrata bancos para emissão

A Light contratou Banco do Brasil, BTG Pactual, Citi, Itaú BBA e Santander para uma nova oferta de ações (follow on) com esforços restritos - sem a necessidade de registro prévio na Comissão de Valores Mobiliários e direcionada a investidores qualificados. O plano é de que a oferta já aconteça em abril e a ideia é realizá-la no Brasil e também para investidores institucionais nos Estados Unidos. Está sendo considerada ainda uma oferta secundária, com a participação dos atuais acionistas da empresa. Procurada, a Light disse que não comentaria o tema por estar em período de silêncio.

Sem chance

A Usiminas ficou impossibilitada de executar uma garantia fiduciária do grupo Kofar, que está em recuperação judicial. Com isso, o crédito da siderúrgica mineira, de cerca de R\$ 12 milhões, deverá ser pago nos termos do plano de recuperação. O Tribunal de Justiça de São Paulo decidiu suspender a cobrança, diante do entendimento de que os bens discutidos eram essenciais para as atividades da Kofar, defendida no caso pelo escritório Nunes D'Alvia & Notari. A Usiminas não comentou.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção: Saúde****Autor: Paloma Oliveto****Título: Exposição ao chumbo reduz o QI**

Em 1922, a indústria petroleira começou a adicionar chumbo à gasolina para aumentar o desempenho do combustível. Dois anos depois, porém, um estranho fato relatado pelo jornal The New York Times começou a colocar em xeque a segurança desse metal. Cinco trabalhadores de uma planta de Nova Jérsei, nos Estados Unidos, morreram sem causa aparente, sendo que quatro pareciam ter enlouquecido antes do óbito. Isso fez com que a cidade de Nova York, a Filadélfia e outras jurisdições banissem a mistura. Depois, começaram a surgir mais evidências de que o chumbo tinha potencial de intoxicar o cérebro. Crianças davam entrada em prontos-socorros com sinais de entorpecimento. Em comum, haviam comido pedaços de tinta de parede, sendo que esses pigmentos também continham o elemento na composição.

Apesar de representantes das indústrias de produtos cujos rótulos indicavam presença de chumbo terem relutado a admitir, não demorou para que se acumulassem evidências científicas sobre os males neurológicos provocados pela exposição ao metal pesado. Na década de 1970, ele foi banido das tintas e, nos Estados Unidos, desde 1986, está fora dos combustíveis. No Brasil, uma lei promulgada em 2008 determinou a concentração máxima da substância em 0,06% para tintas de uso escolar e imobiliárias, além de vernizes e materiais similares de revestimento de superfícies. Desde 1989, o país proíbe adição de chumbo no combustível.

Agora, pesquisadores norte-americanos mostram que a longa exposição à substância deixa marcas deletérias de longa duração. Em um estudo com adultos nascidos na Nova Zelândia, em 1970, eles descobriram que aqueles que cresceram próximos a postos de gasolina tinham coeficiente de inteligência (QI) mais baixo, assim como empregos piores ao chegar aos 38 anos. O país da Oceania tinha, há quatro décadas, as maiores concentrações mundiais de chumbo em combustíveis. O artigo foi publicado na revista Jama, da Associação Médica Norte-Americana.

A pesquisa evidenciou que, quanto maior a concentração de chumbo no sangue dos participantes quando crianças, mais pontos de QI perdidos na idade adulta. As pessoas envolvidas no estudo fazem parte de uma investigação de longa duração da cidade de Dunedin, que acompanha registros médicos de mais de 1 mil indivíduos nascidos entre 1972 e 1973. Do nascimento à idade adulta, eles passaram por testes cognitivos regulares, incluindo o desempenho de memória e de raciocínio lógico. Aos 11 anos, foram tiradas amostras de sangue de 565 crianças, com exames específicos para chumbo.

Os participantes com mais de 10mg de chumbo por decilitro de sangue aos 11 anos tiveram, em média, 4,25 pontos de QI a menos quando tinham 38 anos, comparando aos menos expostos à substância na infância. Além disso, essas pessoas pontuaram menos ainda do que o próprio desempenho nos testes realizados quando crianças. A cada 5mg de chumbo a mais no sangue, houve uma perda de 1,5 ponto de QI.

O estudo também comparou a mobilidade social ao longo do tempo e constatou que os indivíduos com mais de 10mg de chumbo tinham empregos com perfil socioeconômico mais baixo que aqueles menos expostos à substância. “Ter um emprego pior é um reflexo da perda de QI e uma mostra de que os deficits cognitivos associados ao chumbo persistem por década”, diz Aaron Reuben, estudante de psicologia da Universidade de Duke e principal autor do trabalho.

Robustez científica

O diretor científico da regional DF da Associação Brasileira de Alzheimer, Otavio Castello, diz que esse é o primeiro estudo de longo prazo que mostra que crianças que estiveram mais expostas ao chumbo apresentaram desenvolvimento cognitivo mais baixo. “Geralmente, quando se faz um estudo que observa a posteriori, não se tem uma conclusão de causa e efeito. Embora esse seja um estudo do tipo, ele separou as pessoas lá atrás e as acompanhou. Por isso, tem robustez para fazer essa associação de causa e efeito”, avalia o especialista em neuropsiquiatria.

Terrie Moffitt, autora sênior e professora da Universidade de Duke, lembra que as pessoas que participaram do estudo não receberam nenhuma intervenção precoce para aliviar os efeitos do chumbo no organismo. “Naquela época, os níveis de chumbo eram vistos como normais em crianças e não eram considerados perigosos, por isso, mesmo quando se detectou a circulação do metal no sangue dessas crianças, nada foi feito”, explica.

Em comparação, ela cita o caso recente de Flint, nos EUA, onde houve ampla intervenção governamental. Há três anos, a água distribuída para a cidade foi contaminada por chumbo. “Então, os agentes de saúde ofereceram serviços comportamentais, educativos e de nutrição, com o apoio federal, para minimizar os impactos cognitivos da substância”, conta.

Ter um emprego pior é um reflexo da perda de QI e uma mostra de que os deficits cognitivos associados ao chumbo persistem por década”

Aaron Reuben,, principal autor do estudo

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho

Título: ANP divulga as novas áreas para o 3º leilão do pré-sal

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) tem quatro áreas do pré-sal para ofertar na 3ª rodada de partilha, em novembro. O diretor da Agência Nacional de Petróleo (ANP), Felipe Kury, confirmou ontem o que o cardápio do leilão inclui Pau Brasil, Peroba, Saturno e Alto de Cabo Frio- as duas últimas áreas adjacentes e que serão leiloadas separadamente.

As áreas já vinham sendo mapeadas há alguns anos pela ANP e serão submetidas à aprovação do CNPE em abril. Uma das principais apostas é Pau Brasil, que, segundo estimativas divulgadas pela ex-diretora da ANP Magda Chambriard quando ainda comandava a agência, teria potencial para 8 bilhões de barris de

petróleo "in situ" (óleo total ainda não aprovado, contido no reservatório e não necessariamente recuperável).

Durante a reunião de abril, o CNPE pretende aprovar também o calendário plurianual de rodadas. O secretário-adjunto de Petróleo e Gás Natural do Ministério de Minas e Energia, João de Nora Souto, afirmou que a expectativa é que, no encontro, sejam definidos os setores que irão a leilão entre 2017 e 2019. Ao todo, o governo prevê realizar dez licitações no período.

Em 2017, além da 3ª rodada de partilha, o governo prevê realizar uma licitação de campos com acumulações marginais; a 14ª rodada de blocos exploratórios; e um leilão de áreas unitizáveis da União - áreas não licitadas e que se conectam a descobertas cujos reservatórios extrapolam os limites da concessão: Carcará, Gato do Mato, Tartaruga Mestiça e Sapinhoá.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho

Título: Petrobras viu incertezas na oferta da Karoon

A decisão da Petrobras de desistir da venda dos campos de Tartaruga Verde e Baúna para a Karoon foi tomada não só em função do imbróglia judicial que paralisou as negociações entre as duas empresas. O Valor apurou que a estatal brasileira optou por reiniciar o processo de venda dos ativos também porque a australiana apresentou uma oferta inconsistente e que trouxe incertezas à conclusão do negócio, estimado em US\$ 1,5 bilhão.

Em documento apresentado ao Supremo Tribunal Federal (STF), onde a Petrobras tentava derrubar a liminar da Justiça Federal de Sergipe que suspendia o negócio, a petroleira brasileira alegou que a australiana Woodside, apresentada pela Karoon como sua sócia na aquisição, desistiu do negócio. O que por si só já era considerado um fator de preocupação para conclusão do negócio tornou-se ainda mais incômodo depois que a Woodside negou oficialmente ter feito qualquer proposta pelos ativos, em conjunto com a Karoon.

O episódio ganhou novos contornos em fevereiro, já em meio às disputas judiciais para tentar reaver a decisão da justiça sergipana. Na ocasião, a Woodside enviou uma carta diretamente ao diretor financeiro da Petrobras, Ivan Monteiro, desmentindo a Karoon e informando que a companhia não participava da negociação.

Em fato relevante, a Petrobras justificou, na quarta-feira, que um dos motivos que a levaram a rever o negócio foi a justamente a "insubsistência das condições

da proposta de aquisição apresentada". O Valor apurou que a percepção dentro da Petrobras é que o grau de incerteza da venda se tornou insustentável: ou a companhia continuaria a ter problemas na Justiça que a impediriam de negociar os campos; ou, mesmo que a liminar fosse derrubada, havia riscos de que a negociação com a Karoon travasse, diante das incertezas sobre a financiabilidade da compra.

No documento enviado à Petrobras, obtido pelo Valor, a Woodside explica que foi inicialmente procurada por sua conterrânea, em agosto passado, a respeito de uma potencial oferta conjunta pelos ativos e que, na ocasião, optou por acessar o data room, para análise dos dados de Tartaruga Verde e Baúna. A Woodside, no entanto, preferiu não seguir adiante com a negociação e comunicou à estatal brasileira, ainda em novembro, em teleconferência, que não havia se associado à Karoon.

A desistência da Petrobras de prosseguir com a negociação repercutiu mal na Austrália - ontem as ações da Karoon caíram 18% na Bolsa de Sidney. Em comunicado enviado ao mercado, a empresa lamentou o fim das negociações exclusivas com a brasileira, para a compra dos campos de Tartaruga Verde e Baúna. A australiana informou ainda que o reinício do processo de desinvestimento da Petrobras é "iminente" e que mantém o interesse nos ativos.

"A Karoon permanece engajada com potenciais parceiros interessados e está comprometida com qualquer processo futuro no que se refere a esses ativos", afirmou o diretor-executivo da empresa, Robert Hosking.

A companhia informou que o processo judicial contra a negociação tornou o momento e o desfecho do processo de venda incertos, mas acredita que reiniciar o processo dentro dos novos procedimentos exigidos pelo Tribunal de Contas da União (TCU) ajudará a reduzir o risco de "qualquer ação judicial futura contra uma potencial venda, proporcionando maior certeza ao licitante vencedor".

A venda de 50% de sua participação em Tartaruga Verde e de 100% de Baúna fazia parte, inicialmente, da meta da Petrobras de atingir US\$ 15,1 bilhões entre 2015 e 2016 com a venda de ativos. A judicialização do negócio foi atribuída pela empresa como o principal motivo pelo qual a estatal não conseguiu alcançar os números na íntegra. Ao todo, foi cumprido 90% do compromisso.

A meta atual da estatal é de US\$ 21 bilhões até fim de 2018. Além de Tartaruga Verde e Baúna, a Petrobras também reiniciará, por exigência do TCU, os processos de venda da BR Distribuidora e dos campos terrestres e os ativos em águas rasas do Ceará e Sergipe.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor:****Título: Destaques**

Ação contra Eletrobras I

A Justiça dos Estados Unidos aceitou as acusações de uma ação coletiva movida por investidores contra a Eletrobras, ao avaliar que há evidências suficientes indicando que a estatal publicou comunicados falsos e enganosos ao mercado. A Eletrobras é alvo de uma ação coletiva que representa todos os que negociaram recibos de ações (ADRs) da companhia entre 17 de agosto de 2010 e 24 de junho de 2015.

Ação contra Eletrobras II

No processo contra a Eletrobras, foram rejeitadas apenas as acusações contra José Antonio Muniz Lopez, ex-presidente da estatal. A Justiça americana indeferiu uma das acusações contra José da Costa Carvalho Neto, outro ex-presidente da companhia, e Armando Casado, atual diretor financeiro e de relações com investidores da empresa, que alegava que eles tinham cometido fraude em benefício próprio. Casado e Carvalho Neto, porém, são réus com a Eletrobras em outras das acusações feitas pelos investidores.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito****Título: Ação pede que Tesouro pague indenização de transmissoras**

Na semana em que o governo anunciou cortes de R\$ 42,1 bilhões em despesas, os grandes consumidores de energia tentam conseguir uma decisão judicial obrigando a União a pagar, utilizando recursos do Tesouro, um montante de R\$ 62 bilhões referente às indenizações às transmissoras pelos ativos antigos ainda não amortizados. No entendimento da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), porém, uma eventual liminar protegeria apenas o grupo dos grandes consumidores, tendo um efeito negativo ainda maior para o restante do país, devido à elevação das tarifas e a prestação de um serviço inadequado por parte das transmissoras.

Ainda que o pagamento das indenizações às transmissoras não esteja sendo, de fato, questionado, a Associação Brasileira das Empresas de Transmissão de Energia Elétrica (Abrate) está preparando uma manifestação espontânea nas

duas ações judiciais que questionam os pagamentos. "Vamos entrar nos processos para preservar os nossos interesses", afirmou ao Valor o presidente da Abrate, Mário Miranda. "Pela regra, todos sabiam que isso seria cobrado." Os pagamentos se referem aos investimentos não depreciados em ativos de transmissão anteriores a maio de 2000, que tiveram as concessões renovadas antecipadamente nos termos da Medida Provisória (MP) 579, convertida na Lei 12.783/2013. Foram ajuizados dois processos questionando a origem dos recursos dessas indenizações: as tarifas de energia, pagas por todos os consumidores do país. Um dos processos é uma ação civil pública que questiona a atualização dos valores que serão pagos. O outro processo, visto como o mais importante, é movido por três associações que representam grandes consumidores de energia: a Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia (Abrace), a Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro (Abividro) e a Associação Brasileira de Produtores de Ferroligas e de Silício Metálico (Abrafe). Segundo os autores do processo, as indenizações não se referem ao serviço público prestado pelas transmissoras de energia e, portanto, podem ser financiadas por meio da tarifa de energia. Liminar prejudicaria consumidores, empresas de transmissão e distribuição, segundo avaliação da Aneel. Já a Aneel avalia que os valores devidos às transmissoras constituem-se em forma de contraprestação pelo serviço prestado, o que justifica o pagamento pela tarifa. "A premissa utilizada pelas autoras é absolutamente equivocada. Não foram incluídas indenizações nas tarifas das concessionárias de transmissão", disse a defesa da Aneel, em documento ao qual o Valor teve acesso. Segundo a autarquia, os valores a serem pagos se referem à contraprestação pelo serviço público de transmissão. De acordo com o documento, "seu não pagamento resultaria em desequilíbrio econômico-financeiro da concessão em detrimento das concessionárias e dos próprios consumidores, que deixariam de receber a prestação do serviço de modo adequado". As transmissoras seriam afetadas diretamente nas esferas jurídica e patrimonial, pois teriam que arcar com os prejuízos decorrentes do não recebimento de valores que lhes são devidos. As distribuidoras também devem ser impactadas, pois os valores destinados à contraprestação pelo serviço de transmissão serão embutidos nas tarifas pagas pelos consumidores cativos para as distribuidoras, que repassam às transmissoras. O presidente da Abrace, Edvaldo Santana, rebate o argumento de que a entidade quer se proteger dos custos e repassá-los para os demais consumidores. "O posicionamento do governo, da Aneel, é de que o grande consumidor quer apenas se livrar da conta e os demais pagam. Mas não é essa a tese da Abrace. Poderíamos ir por essa linha, mas o que dizemos é que, se alguém tem que pagar indenização para transmissoras, esse alguém é o Tesouro. É assim que a lei autorizou. A portaria 120 é que transferiu do poder concedente para o consumidor." "Se não for acatado o nosso pleito, que a conta seja refeita, por exemplo, excluindo a remuneração. Nesse caso o grande consumidor também estaria aceitando pagar, mas que a conta seja bem feita", disse Santana. A discussão é motivo de

preocupação para as transmissoras, uma vez que há o receio de que isso atrase o recebimento dos recursos. Miranda, da Abrate, esteve na última semana no Ministério de Minas e Energia para discutir o assunto. "E para mostrar a preocupação de que, se não tiver o pagamento, não conseguiremos manter os contratos de concessão. "Em teleconferência sobre os resultados da Eletrobras em 2016, os analistas fizeram diversas questões referentes ao processo da Abrate. O presidente da estatal, Wilson Ferreira Jr, assegurou que os argumentos das transmissoras - grupo no qual a estatal se encaixa - são "muito sólidos" e disse que o recebimento dos recursos é um direito da companhia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito

Título: Decisão pode destravar negociação entre Eletrobras e Petrobras

Uma decisão judicial pode ajudar a destravar a negociação de um novo acordo de repactuação da dívida bilionária da Eletrobras com a Petrobras, melhorando também as perspectivas da estatal elétrica na disputa com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) sobre a devolução de R\$ 3,7 bilhões para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). O desembargador federal Kassio Marques, do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, determinou que "não é possível limitar o ressarcimento dos valores de combustíveis" pagos pela Amazonas Energia à tabela da Aneel, "que não considera o custo da infraestrutura necessária à condução e entrega de combustível em localidades distantes."

Além disso, o desembargador proibiu "qualquer norma administrativa" que eventualmente possa reduzir a aplicação do ressarcimento desses custos. Na prática, a decisão vai fazer com que a Aneel precise novamente rever o orçamento da CDE deste ano, incluindo os montantes reclamados pela Amazonas Energia para custeio dos combustíveis para geração de energia nos sistemas isolados. A CDE é um encargo setorial pago por todos os consumidores de energia por meio da tarifa, cujo orçamento foi aprovado pela Aneel no início de março, totalizando R\$ 15 bilhões. Desse total, R\$ 5 bilhões se referem à Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), que subsidia o custo de geração de energia nas térmicas que abastecem a região Norte. Segundo Gustavo de Marchi, advogado do escritório Décio Freire e Associados, que representa a Amazonas Energia, a Aneel precisa agora contemplar a decisão do desembargador e rever o orçamento da CDE deste ano. Se isso não acontecer, a Eletrobras pode apresentar um pedido de reconsideração. "O obstáculo ao acordo com a Petrobras deixa de existir, criando aí uma sustentabilidade econômico-financeira para a Amazonas Energia", disse De Marchi. A Eletrobras precisa dos recursos para poder usá-los como garantia na negociação de um terceiro acordo de repactuação de dívida com a Petrobras. A maior parte da dívida da estatal com a petroleira é da

Amazonas. Na quarta-feira, em teleconferência sobre os resultados de 2016, o diretor financeiro da companhia, Armando Casado, informou que o valor total da dívida é de R\$ 16,7 bilhões. Desse total, a elétrica conta com recursos da CDE para cerca de R\$ 10 bilhões. Da dívida total, cerca de R\$ 10,1 bilhões já foram objeto de dois contratos de repactuação de dívida, que estão sendo pagos atualmente. Os R\$ 6,6 bilhões restantes estão em negociação atualmente pelas duas estatais. De acordo com De Marchi, a decisão do desembargador também vai ajudar a reforçar a posição da companhia contra a Aneel, que concluiu na terça-feira um relatório indicando que a Amazonas Energia teria que devolver R\$ 3,7 bilhões aos consumidores de energia do país, a título de ressarcimento por pagamento a maior para a compra do combustível. Ontem, em evento com investidores e analistas, o presidente da companhia, Wilson Ferreira Jr, disse que a estatal tem elementos para comprovar que a distribuidora gastou, de fato, o que foi declarado com compra de combustíveis para geração térmica no Norte. Ferreira disse ainda que a companhia anunciará em até duas semanas o nome do banco contratado para avaliar e modelar a possível venda de participação, por meio de suas subsidiárias, em até 110 Sociedades de Propósito Específico (SPEs).

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes

Título: Schvartsman começa a transição na Vale

A Vale terá um processo de transição marcado pelo diálogo entre o novo presidente, Fábio Schvartsman, e o atual, Murilo Ferreira, que deixa o cargo em 26 de maio. Na quarta-feira, os dois executivos se falaram pela primeira vez. Ferreira disse a pessoas próximas que deseja uma transição "exemplar". Segundo fontes que acompanham o processo, Schvartsman chega com a prioridade de conduzir o processo de migração da Vale para o Novo Mercado da BM&F Bovespa, o que deve ocorrer até 2020. O grupo controlador da Vale, formado por Bradesco, os fundos de pensão liderados pela Previ, Mitsui e BNDES, tem interesse de que a transição na empresa seja bem conduzida, segundo apurou o Valor. Segundo fontes ouvidas, deve se estabelecer cronograma de trabalho conduzido conjuntamente por Ferreira e Schvartsman.

Nessa transição, a estrutura organizacional da diretoria-executiva da mineradora pode passar por mudanças para refletir uma melhor governança. A tendência é que a maioria dos diretores-executivos seja mantida, disseram fontes. Houve a percepção inicial, entre essas fontes, que a transição na Vale poderia enfrentar dificuldades. Essa impressão foi motivada pelo fato de Ferreira ter ficado chateado com a sua não recondução, disseram as fontes. A saída foi anunciada oficialmente pelo próprio executivo, em fevereiro. Se Ferreira mantivesse um clima de hostilidade, o que não aconteceu, poderia se repetir a

transição não amigável que ocorreu quando da saída de Roger Agnelli e da chegada do próprio Ferreira à Vale, em 2011, disseram as fontes. Mas naquele caso os dois executivos tinham uma história pregressa de trabalho na Vale. Ferreira havia sido diretor na gestão de Agnelli. Saiu ainda com Agnelli presidente e voltou para liderar a empresa. O caso agora é diferente. Schvartsman estava na Klabin e não era até então um executivo da mineração. Um ponto que contou a favor de Schvartsman junto aos controladores da Vale no processo de seleção conduzido pela empresa de recrutamento Spencer Stuart foi a indicação dada pelo executivo de que valorizará os "cabelos brancos", pessoas com experiência na empresa. É um sinal de que o novo presidente da Vale tem capacidade de delegar funções para se concentrar em questões estratégicas de médio e de longo prazos. Nesse sentido, a avaliação de fontes próximas da Vale é que a atual diretoria-executiva deve ser mantida, mas pode haver exceções. Os controladores sinalizaram boa-vontade para a permanência dos diretores atuais. O diretor-executivo de ferrosos e estratégia, Peter Poppinga, o diretor-executivo de finanças, Luciano Siani Pires, e a diretora-executiva de metais, Jennifer Maki, devem permanecer nos cargos, informaram fontes ouvidas pelo Valor. Há dúvidas sobre a permanência do diretor-executivo de recursos humanos e sustentabilidade, Clóvis Torres, tido como próximo de Ferreira. A manutenção de Torres está sendo estudada, segundo fontes. Também há dúvidas no mercado sobre a situação de Roger Downey, diretor-executivo de fertilizantes e carvão, depois da venda dos fertilizantes para a Mosaic. Na estrutura organizacional, é possível que a diretoria-executiva sofra mudanças como uma possível incorporação da logística pelas diferentes áreas de negócios. Hoje a logística ocupa uma diretoria-executiva, a cargo de Humberto Freitas. Uma possível mudança na organização da diretoria começaria a refletir o modelo de governança que vai se perseguir no processo que levará a mineradora a unificar suas classes de ações. Schvartsman chega nesta fase de transição sem preocupação com o limite de idade. O executivo tem 62 anos e existe um acordo tácito entre os controladores da Vale de que os diretores-executivos devem se aposentar quando completam 66 anos. Significa que, em tese, Schvartsman poderia permanecer dois mandatos (de dois anos cada um) como presidente da mineradora. Mas como essa é uma regra que não está no estatuto da Vale pode haver flexibilidade em relação à sua aplicação. "Tudo vai depender do desempenho dele [Schvartsman]", disse uma fonte.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Thais Carranço, Stella Fontes e Renato Rostás

Título: Braskem e CSN não têm data para divulgar resultados

A temporada de balanços de 2016 chega ao fim, hoje (31), com ao menos duas companhias adiando a divulgação de seus números auditados por tempo

indeterminado. A petroquímica Braskem e a siderúrgica CSN enfrentam dificuldades para fechar as contas do ano passado e receber o aval do auditor independente, conforme exigido pela legislação societária. A produtora de cobre refinado Paranapanema estava prestes a entrar nesta lista mas, na noite de ontem (30), enviou suas demonstrações financeiras à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Paranapanema havia decidido postergar a apresentação dos dados anuais devido a "novas evoluções" sobre a reestruturação de sua dívida e equalização da estrutura de capital da empresa. Também a elétrica mineira Cemig informou ontem que perderá o prazo oficial, mas escolheu o dia 7 de abril como nova data para apresentar seus dados anuais. A CVM cobra um multa diária irrisória de R\$ 500 por atraso na entrega de documentos. O adiamento da Braskem se deve ao fato de os auditores externos - KPMG, no Brasil, e PwC, nos Estados Unidos - ainda estarem realizando testes de controle e de verificação do modelo de contabilidade depois da descoberta de irregularidades cometidas pela empresa. A companhia divulgou um prejuízo não auditado de R\$ 2,55 bilhões no quarto trimestre, devido a provisão de R\$ 2,85 bilhões referente a acordo firmado com autoridades no Brasil e no exterior, como desdobramento da operação Lava Jato da Polícia Federal. Já a CSN disse que não arquivou o resultado completo de 2016 auditado porque sua metodologia contábil está sob revisão, devido à combinação das operações de mineração e logística da empresa, ocorrida no fim de 2015. A siderúrgica também divulgou número não auditados, reportando receita líquida de R\$ 17,15 bilhões em 2016, numa alta de 12,4% em relação a 2015. O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado foi de R\$ 4,07 bilhões, incremento de 25,3%. Parte do grupo CSN, a Transnordestina Logística seguiu o caminho da controladora ao adiar seu balanço. A companhia ferroviária informou que o atraso se deve à avaliação para teste de "impairment" (redução ao valor recuperável) de ativos, ainda em fase de conclusão por seus auditores. Os adiamentos de balanços se tornaram fato comum no mercado de capitais brasileiro em anos recentes. No caso mais clamoroso, a Petrobras adiou por duas vezes a publicação do seu balanço do terceiro trimestre de 2014, que só seria divulgado, junto às demonstrações completas daquele ano, em 23 de abril de 2015, com cinco meses de atraso. No ano passado, ao menos sete empresas nacionais com recibos de ações (ADRs) listados em Nova York deixaram de entregar no prazo o relatório anual 20-F ao órgão regulador do mercado de capitais americano (SEC). Braskem, CSN e Cemig têm até 1º de maio para cumprir a obrigação, com possível prorrogação até 16 daquele mês.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas / Agronegócios****Autor: Camila Souza Ramos****Título: Unica quer taxa de 16% para etanol importado**

Duas semanas após usinas do Nordeste liderarem um movimento pedindo a taxação do etanol importado em 20%, as empresas associadas à União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica) chegaram a um consenso sobre qual demanda apresentar ao governo. A entidade enviou à Câmara de Comércio Exterior (Camex), na terça-feira, um pedido para elevar o imposto de importação para 16%, apurou o Valor. O percentual foi levantado a partir de um cálculo que considera a diferença do impacto ambiental entre o etanol importado (que é produzido a partir de milho, que emite mais gases de efeito estufa) e o etanol nacional (que, por ser produzido a partir de cana, emite menos gases de efeito estufa). Também foi considerado o preço médio do etanol importado nos últimos 12 meses.

Em 2010, o etanol foi colocado na Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum do Mercosul (Letec) em uma sinalização do governo brasileiro em defesa da construção de um mercado mundial de biocombustíveis. Desde então o produto entra no país sem imposto. Se o governo atender o pedido da Unica e impuser uma tarifa de 16%, o produto seguirá na lista. Em nota, a Unica argumentou que o recente aumento da importação "poderia comprometer os esforços em prol da redução da emissão de gases de efeito estufa no contexto do acordo firmado na Conferência do Clima de Paris [COP21], em vigor desde novembro de 2016". Estima-se que, nesta entressafra, as importações tenham alcançado 800 milhões de litros. No primeiro bimestre deste ano, foram importadas 435,4 milhões de litros, cerca de sete vezes mais do que no mesmo período de 2016, segundo o Ministério da Agricultura. Essa alta derivou de um forte diferencial de preços entre o etanol americano e o brasileiro. A Unica disse ainda que, "na maior parte dos países consumidores de biocombustíveis, existe uma diferenciação no tratamento dos produtos que emitem menos". Há duas semanas a maior parte dos sindicatos estaduais de usinas apresentou ao Ministério da Agricultura um pedido para a retirada do etanol da Letec e a taxação das importações em 20%. Naquele momento, a Unica não aderiu ao pleito por divergência interna entre suas associadas, com especial oposição entre as que importaram etanol, segundo fonte que acompanha essas discussões. A oposição ao pedido chegou a ser manifestada pela Raízen - que atua na produção e distribuição de etanol e tem sido uma das principais importadoras - durante um evento de sua controladora, a Cosan, na semana passada. Procurada, a Raízen disse, em nota, que "apoia a solicitação de revisão da tarifa em razão de a mesma ser baseada em imposto calculado com base técnica de caráter ambiental" e que "a posição vem de encontro às discussões envolvendo o RenovaBio e a potencial criação de

um mandato no Brasil baseado em emissões de carbono". As associadas da Unica chegaram a um consenso em meio a forte pressão de usinas, sobretudo as do Nordeste, que viram vários carregamentos de etanol chegando em sua costa em um momento em que ainda estavam em período de safra. Também nos últimos dias a janela de importação se fechou devido à forte queda de preços do etanol brasileiro. Mesmo assim, as usinas do Nordeste devem manter seu pleito. "Taxar em 16%, para o objetivo que se quer, que é a proteção da produção nacional, não funciona", disse Pedro Robério, presidente do Sindaúcar de Alagoas. Para ele, 4 pontos percentuais "fazem muita diferença". Em alguns momentos, defendeu, seria necessário uma taxa de 24%.

MME / ASCOM .